



## **Sobre uma abordagem propriamente comunicacional:<sup>1</sup> experiência, prática e interação**

Ana Carolina Lima Santos<sup>2</sup>  
Priscila Martins Dionízio<sup>3</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais

**Resumo:** Neste artigo delinea-se como uma abordagem comunicacional tem sido configurada a partir da perspectiva interacional – constituída, por sua vez, pelas contribuições oferecidas por autores como Charles Peirce, George Herbert Mead, Erving Goffman, Gregory Bateson e Louis Quéré. Para tanto, tenta-se evidenciar os subsídios que tais autores deixaram aos estudos da comunicação. Além disso, são consideradas as implicações que a perspectiva interacional traz para o modo de se conceber o processo comunicativo e sua natureza prática.

**Palavras-chave:** processo comunicativo, abordagem comunicacional, perspectiva interacional.

### **1. Introdução**

Os primeiros estudos que viriam a delinear o campo da pesquisa em comunicação foram motivados pelo desenvolvimento de novas formas de comunicar emergentes com a crescente industrialização e modernização, no começo do século XX. A maior abrangência do jornalismo impresso, o alcance de grandes públicos com o rádio e, posteriormente, a televisão despertaram nos estudiosos de várias disciplinas preocupações com os efeitos e potencialidades de tais meios de comunicação no tecido social.

Essa preocupação central com os ‘efeitos’ dos novos meios de comunicação – que se traduziu em teorias como a hipodérmica, a do fluxo de comunicação em dois

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Este artigo é fruto de reflexões desenvolvidas na disciplina de Teorias da Comunicação do PPGCOM – UFMG, ministrada pela professora Vera França, e no Gris - Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade, do qual fazemos parte.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea da Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia e graduada em Comunicação Social - Bacharel em Jornalismo pela, Universidade Federal de Sergipe. E-mail: outracarol@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea da Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Comunicação Social - Bacharel em Jornalismo, pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: primartinsmr@yahoo.com.br.



níveis, as funcionalistas e subjaz até mesmo as formulações da teoria crítica, da Escola de Frankfurt – teria ajudado a configurar duas obliterações de ordem epistemológica nos estudos da comunicação: a investida nos próprios meios de comunicação como objeto dado desse novo saber nascente; e a não dedicação ao desenvolvimento de uma compreensão mais complexa do que seria o próprio processo comunicativo.

Vera França chama atenção para não referenciarmos somente no empírico a construção de uma visada do campo da comunicação: “‘objetos de conhecimento’ não equivalem às coisas do mundo, mas são antes formas de conhecê-las; são perspectivas de leitura, são construções do próprio conhecimento”. (FRANÇA, 2002, p. 14). Desse modo, somente circunscrever objetos empíricos para o estudo da comunicação – uma conversa, um espetáculo, um anúncio publicitário, uma matéria jornalística, uma peça radiofônica, um programa televisivo – parece insuficiente. Isso porque falar em objeto do conhecimento não pressupõe fenômenos dados, mas uma maneira sistematizada de conhecer ou lidar com eles. Para se ater mais cautelosamente ao que há de comunicacional em um fenômeno investigado (e aqui se considera como objeto empírico da comunicação as trocas de sentido mediadas simbólica, discursivamente e não só o conjunto dos meios de comunicação) é preciso diferenciar objeto empírico e objeto de conhecimento, dedicando-se à especificidade deste último, do olhar da comunicação, bem como à compreensão da natureza do processo comunicativo.

Nesse sentido, acredita-se que uma perspectiva interacional se constitui como abordagem profícua ao nosso campo. De acordo com tal perspectiva, o que se configura como caracteristicamente comunicacional é um modo de conceber os diferentes fenômenos do mundo da vida, buscando neles sua dimensão de interação na qual é possível identificar a dimensão expressiva e constitutiva da experiência dos homens. Desse modo, a comunicação (mediática ou não) pode ser redimensionada: ela é vista não mais como limitada a fatos particulares e circunscritos, mas tomando o lugar de composição dos fenômenos sociais, de organização da subjetividade dos homens e da objetividade do mundo (QUÉRÉ, 1991). No cerne de tal dinâmica, as práticas comunicacionais não podem ser pensadas como um elemento figurante, pois passam a exercer importância capital para a composição dos diversos aspectos da vida social.

É aí que se apresenta o propósito do presente artigo. Tenta-se remontar de que maneira se estabeleceu essa perspectiva. O percurso a ser feito parte da matriz pragmatista e do interacionismo simbólico, com atenção para a virada conceitual dada a partir da qualificação da comunicação como interação, sobretudo em George H. Mead.



A seguir, passa-se pela maneira como a Escola de Palo Alto, nos trabalhos de Gregory Bateson e sua influência em Erving Goffman, desenvolveu a conceituação da prática comunicativa enquanto processo de mútua afetação. Chega-se, então, a Louis Quéré, autor que sistematizou essas contribuições e ofereceu um caminho para enxergar a comunicação como lugar de tessitura da vida social. Por fim, mostram-se os ganhos que tal perspectiva é capaz de trazer para a forma como são concebidos os objetos e problemas que o campo da comunicação toma como seus.

## **2. A matriz pragmatista e o interacionismo simbólico**

O pragmatismo teve suas origens no século XIX, mais precisamente na década de 70, quando cientistas de campos de competência distintos reuniram-se informalmente no *The metaphysical club* para fazer frente à filosofia metafísica dominante na época (o nome do grupo, que em português é traduzido como ‘clube metafísico’ era uma provocação a essa tradição). A partir dos debates realizados em tais reuniões, um de seus membros mais ativos, o filósofo e lógico Charles Sanders Peirce, lançou o artigo que seria um marco inicial para o pragmatismo – *Como tornar nossas idéias claras*, publicado em 1878.

Nele, Peirce estabeleceu a máxima pragmática, formulada de diferentes formas ao longo dos anos. Em uma delas, ele postula que “para comprovar o significado de uma concepção intelectual é preciso considerar as conseqüências práticas, que é concebível que se sigam necessariamente da verdade dessa concepção; a soma dessas concepções constituirá o significado completo dessa concepção intelectual” (PEIRCE *apud* FERRER e ÁLVAREZ, 2003, p. 337).

Essa máxima carrega em si algumas pistas importantes para o entendimento do pragmatismo tal qual formulado por Peirce. Para ele, o pragmatismo é um método que, a fim de precisar o significado de um determinado conceito, volta-se para o seu caráter prático. Isso se dá, na verdade, a partir da rejeição de categorias apriorísticas que dotam o pensamento de uma fundação estática, acreditando, ao contrário, que este só se realiza na própria experiência. Tem-se, aí, o primeiro pilar do pragmatismo, o antifundacionalismo (notação de que a realidade só se constitui através de um processo investigatório, fonte de crenças que guia e dá forma a ação). Assim, colocando os conceitos no âmbito da experiência, Peirce acredita que as idéias são abstrações e generalizações oriundas dela.



Nesse ponto, chega-se ao segundo pilar da matriz pragmática, o consequencialismo (ênfase dada às conseqüências de algo, ou seja, aos efeitos práticos trazidos, na determinação do seu significado). Peirce concebe que, organizadas pela experiência, as idéias só se dimensionam na medida em que trazem implicações capazes de gerar uma utilidade ou efeito prático no futuro. Então, além de seu caráter prático, o significado de um conceito deve ser extraído dos desdobramentos que é capaz de engendrar: aquilo que é denotado por toda e qualquer noção pode ser sempre deduzido a partir das conseqüências que acarreta.

Por fim, como último pilar do pragmatismo, encontra-se o contextualismo (destaque para o valor do contexto no desenvolvimento dos conceitos). O contexto deixa de ser algo apenas exterior para integrar o interior do próprio fenômeno, tendo que as crenças, a cultura e as práticas sociais formam a própria experiência. De acordo com Peirce, esses fatores dão consistência a um modo de consciência que produz hábitos de ação comunitariamente convergentes; daí constituídos como soma ou significado completo das idéias (POGREBINSCHI, 2005).

Analisando, pois, a máxima peirceana já se pode perceber os elementos que montam as bases da matriz pragmatista. No entanto, Peirce não avançou no desenvolvimento de suas conceituações iniciais. Foi apenas com William James e John Dewey que o pragmatismo se firmou como teoria. Abalizados na máxima fundadora, embora sem se limitar a ela<sup>4</sup>, James e Dewey começaram a aplicar tais concepções para entender situações para além da ciência (principal preocupação peirceana), estendendo-a à compreensão de situações do cotidiano. É em especial com James que, ao voltar-se para o cotidiano, interessa-se em perceber o modo como as idéias, para além de significar, servem para orientar os indivíduos a estabelecer relações na experiência – e nisso consistiria sua realidade e sua verdade. O pragmatismo passa, assim, de um método e de uma máxima preocupados com a significação, como se configurava em Peirce, para uma teoria da verdade.

Enquanto teoria da verdade, o pragmatismo de James sustenta que as idéias não são apenas abstrações e generalizações da experiência, mas seus componentes. Isto é, as idéias não apenas interpretam a experiência, mas constituem elementos importantes da mesma. Por conseguinte, se as idéias são efetivamente aspectos da experiência e não meramente interpretações

---

<sup>4</sup> Não se pretende explicitar os pontos de encontro e desencontro desses autores, mas apenas apresentar um panorama geral do pragmatismo nessas formulações iniciais, dando destaque ao que interessa para a constituição da comunicação enquanto interação. Para detalhes sobre cada um dos autores, ver Pogrebinschi (2005).



dela, elas se tornam verdadeiras na medida em que ajudam as pessoas a estabelecer outras e variadas relações com a experiência. Assim, a verdade em James assume a forma de um processo, o qual resulta seu caráter relacional e dinâmico (Ibidem, p. 30).

Também na pista de James no que diz respeito à verdade, mas para além do relacional e dinâmico, Dewey chama atenção para a marca experiencial das práticas sociais. Para ele, qualquer atividade prática guia-se não por fundações transcendentais, mas a partir do estado da existência em condições e circunstâncias concretas; o que faz com que tudo aquilo que busca ter valor social deva atender às necessidades dos indivíduos, como matrizes para a ordem de suas experiências (SHUSTERMAN, 1998).

Nesse ponto, ao enfatizar a importância do relacional, do dinâmico e do experiencial, esses dois pensadores não apenas alargaram eles mesmos as fronteiras do pragmatismo, mas estabeleceram terreno para muitos dos desenvolvimentos posteriormente levados a cabo pelo pragmatismo. Por exemplo, o interacionismo simbólico, tradição sociológica que surgiu no lastro das contribuições pragmatistas, só pode ser pensado a partir dessa chave. Tal tradição, igualmente, acredita que o significado e a verdade das coisas só emergem no desenrolar das experiências, fruto da interação social que os sujeitos desenvolvem situacionalmente entre si e/ou com o todo social (amarrando as noções de antifundacionalismo, consequencialismo e contextualismo).

O interacionismo simbólico nasceu na Escola de Chicago nos primeiros anos do século XX, tendo George Mead como seu precursor. O termo, cunhado posteriormente pelo discípulo Herbert Blumer, já faz referência à concepção central dessa corrente, de que o mundo social se constrói por meio da interação, simbolicamente. Nessa linha, o pensamento de Mead é perpassado pela preocupação em entender de que modo as práticas cotidianas se desenrolam numa interação entre indivíduos e sociedade. Na verdade, ele se opõe ao dualismo corrente entre as noções de individual e social, assinalando uma identificação entre eles: o 'eu' vai sendo regulado reflexivamente pelo que o 'nós' constrói. Em *Mind, Self and Society* (1972), Mead localiza nas interações comunicativas a chave de constituição de todo o processo social. Para tanto, o autor nos apresenta três categorias analíticas: a *sociedade*, como um contexto objetivo de ação, somente existente por meio da atividade cooperativa entre os homens; o *self*, como personalidade social dos indivíduos, formado pelo viés da experiência, num espaço de embate entre o indivíduo e o corpo social; e o *espírito* ou *mente*, como instância



reflexiva e mediadora da relação estabelecida entre *self* e *sociedade*, num processo simultâneo de individualização e interiorização de normas e expectativas sociais. (FRANÇA, 2007). De acordo com o autor, é num processo de ajustamento recíproco que homem e mundo se constituem: “Nós não somos apenas e simplesmente o produto da sociedade. Tomamos parte em uma conversação na qual aquilo que dizemos é escutado pela sociedade, e sua resposta [da sociedade] é afetada por aquilo que temos a dizer.”. (MEAD *apud* FRANÇA, 2007, p. 83).

Seria, pois, por meio das práticas comunicativas – que Mead qualifica como interações – que a dinâmica reflexiva entre as três instâncias se instauraria, na realização do processo social. França (2007) chama atenção para a escolha do termo interação, que enfatiza a idéia de ação em seu aspecto compartilhado, construído numa relação entre sujeitos que se referenciam mutuamente e intervêm no mundo. O entendimento da comunicação como interação permite ressaltar sua dimensão prática, encarnada em situações concretas, no terreno da experiência dos sujeitos

É em tal ponto que o pragmatismo e o interacionismo proporcionaram uma virada conceitual: ao iluminar o processo comunicativo e sua natureza prática, deixa-se de entendê-lo como mera transmissão de mensagens para concebê-lo como um processo de interação construído simbolicamente pelos diferentes atores sociais, em um contexto específico. A comunicação é, pois, tomada em seu aspecto experiencial: nela fundamentam-se pontes de interação entre sujeitos e/ou objetos de tal modo que os envolvidos afetam-se, numa espécie de ‘comunhão’ através da qual os sentidos vão sendo estabelecidos. Esse processo, para além da simples emissão e recepção de mensagens, funciona como constituidor dos sujeitos e da realidade social na medida em que instaura um mundo comum e intersubjetivamente partilhado.

### **3. A Escola de Palo Alto**

O abandono de uma idéia de transmissividade, em prol de uma concepção interacional de comunicação, ganhou força com os trabalhos da Escola de Palo Alto. Fundada na década de 1940, a Escola de Palo Alto foi um colégio invisível (isto é, um programa traçado por cientistas de diferentes áreas geográficas, mas com uma mesma preocupação teórica) que reuniu pesquisadores com formações distintas, cada um colaborando do seu campo para o delineamento de uma noção de comunicação calcada na interação. Resulta-se daí um modelo explicativo que assenta a comunicação enquanto



o somatório das práticas dos vários sujeitos nela envolvidos, como numa espécie de orquestra em que, a partir de códigos comuns, os ‘músicos’ dão sua parcela de contribuição para a produção coletiva (WINKIN apud MUCCHIELLI, 1998). A comunicação é vista, portanto, como um sistema de interações cuja participação do indivíduo não é a de um receptor, mas se dá proativamente.

O papel ativo dos sujeitos pressuposto nesse modelo não diz respeito apenas ao ato de decodificação que exercem, mas, pensado em termos sistêmico-interacionais, ao modo como esse ato é capaz de realimentar o sistema como um todo<sup>5</sup>. O princípio de retroalimentação ou circularidade proposto pela cibernética é, então, uma das bases dessa corrente. De acordo com tal acepção, a comunicação não funciona linearmente. Ao contrário, há movimentos de idas e voltas que provocam transformações tanto nos sujeitos quanto no sistema em que se engajam; na própria comunicação, portanto. É nesse sentido que se abandona de vez uma concepção transmissiva de comunicação (BORELLI, 2005).

Tomando como ponto de partida tais questões, Gregory Bateson, um dos principais nomes da Escola do Palo Alto, dedica-se à investigação dos modos pelos quais a configuração da comunicação como um sistema de interações traz implicações micro e macro estruturais. Isso porque, para além das conseqüências dessa natureza interacional para a globalidade da prática comunicativa, percebeu-se que há uma afetação entre indivíduos que se conformam uns diante dos outros. De tal maneira se aproximando da reflexividade proposta por Mead, Bateson aponta para o fato de que os sujeitos modelam seus atos significativos em função daquilo que identificam como socialmente esperado, ajustando então sua compreensão e suas ações (BATESON, 1981). Trata-se, assim, de uma mútua afetação própria à comunicação.

A partir da investigação da interação entre mamíferos não-humanos, Bateson (2002) pôde perceber os níveis de abstração da comunicação desenvolvida entre eles. Ao observar macacos brincando no zoológico e seus gestos que simulavam um

---

<sup>5</sup> Ainda que não faça parte dessa Escola, Mikhail Bakhtin propõe formulações que podem se coligar a ela. Na verdade, em alguns momentos, o pensamento do autor parece conjugar as perspectivas do interacionismo (em especial, as proposições de Mead) e da Escola de Palo Alto. Por exemplo, no modo como pontua que o interlocutor se inscreve também na produção de um determinado enunciado – nem que seja compondo um horizonte social levado em conta pelo enunciador. “Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN, 1992, p. 113). É isso que permite aproximá-lo da abordagem interacional aqui delineada, como será colocado adiante. Parafraçando-o, pode-se dizer que para todos eles, a interação constitui a realidade fundamental da comunicação.



combate, sem, contudo, constituí-lo, o autor apreende instruções disponibilizadas na interação ali desenvolvida que permitiam ao parceiro entender que não se tratava de uma luta e sim de uma brincadeira.

Explorando, a partir desse ponto, a comunicação humana Bateson (Ibidem) compreende que ela opera em dois níveis: o metalingüístico e o metacomunicacional. Grosso modo, pode-se dizer que o metalingüístico diz respeito à ordem do conteúdo e da linguagem desenvolvida para lhe conferir forma; já o metacomunicacional, ou metacomunicativo, é da ordem da relação que se estabelece entre os sujeitos, podendo este nível nos dizer dos lugares sociais que cada sujeito ocupa na interação. É a porção metacomunicativa da mensagem que permite aos sujeitos perceber a natureza da relação que se desenvolve em uma dada situação.

A essas instruções disponibilizadas no desenrolar da interação, Bateson confere o nome de quadro ou enquadre. A noção de enquadre é de ordem metacomunicativa e diz da forma como os sujeitos se afetam, se orientam e se posicionam mutuamente no curso da interação. O enquadre é, na verdade, um conjunto de instruções implícitas ou explícitas que são estabelecidas no momento da comunicação e que norteiam o entendimento que o sujeito tem do discurso que está sendo construído (BATESON, 1981, 2002). Como o próprio nome sugere, o quadro é uma espécie de moldura que dá pistas do que se considerar na circunstância em questão – delimitando, portanto, o modo de interpretá-la e/ou de reagir em relação a ela. Como uma forma de categorização das situações, perceber o enquadramento que se instaura numa interação permite ao sujeito compreender o que se passa, o que está acontecendo, orientando sua conduta.

Apropriando-se de tal noção, Erving Goffman (2002) demonstra como os quadros (*frames*) estruturam o posicionamento que os sujeitos adotam nas práticas comunicacionais. Ao alinhamento ou à postura que os sujeitos assumem no curso de uma interação, Goffman dá o nome de *footing*; em outras palavras, o *footing* é a maneira como um sujeito se coloca para si mesmo e para o *outro*, demarcando papéis na relação comunicativa, que variam em função do jogo de quadros.

Esses papéis, mais do que definidos por padrões ou posições determinadas a priori, estão amarrados às situações e contextos específicos, podendo se modificar a depender da interação (GOFFMAN, 2002).

Nesse sentido, o autor avança na conceituação da complexidade do arranjo comunicacional, mais uma vez chamando atenção para como a comunicação se desenrola no curso da interação. O que faz Goffman é aclarar a idéia de que os



significados da comunicação são produções coletivas dos sujeitos nela envolvidos, sendo instaurados de acordo com os cenários e enquadres evocados a partir de uma afetação mútua. Nesse ponto, coloca-se ênfase na análise de momentos em que os sujeitos estão em co-presença, ou seja, em que se encontram fisicamente em presença da resposta do outro e daí afetam-se diretamente (Idem, 1999). Essa notação, subentendida em outras teorizações acerca da interação social, não implica a exclusão de situações em que a co-presença inexista. Importante, nesses casos, é perceber que o alinhamento assumido por um indivíduo é capaz de trazer implicações para os significados em construção.

Dessa maneira, mesmo quando se levam em conta práticas comunicativas em que existe um produto ‘pronto’ de antemão, a interação se inscreve no modo como ele é apropriado. Por exemplo, “no cinema o mundo não me aparece como já dado, ele está se transformando ao meu olhar. Tudo está suspenso pelo simples motivo de que tudo se passa entre o filme e mim, nesse entre dois que é transporte de um no outro: projeção.” (COMOLLI, 2008, p. 96). Ao entender que o olhar do espectador é também produtor, reconhece-se que na prática comunicativa desencadeada pela experiência do cinema há marcas da postura que o indivíduo ostenta diante dele. Considera-se, pois, uma afetação mútua: do mesmo modo que o filme age sobre o indivíduo, o posicionamento dele também retorna ao filme e age sobre ele. A co-produção (não mais mera recepção) é vista como perpassada por essa dimensão experiencial, relacional e interacional evocada tanto por Bateson e Goffman quanto pelos representantes do pragmatismo e do interacionismo simbólico.

#### **4. A perspectiva interacional**

Tomando como base tais orientações teóricas, o sociólogo Louis Quéré (1991) sistematiza o que intitula de esquema constitutivo ou praxiológico da comunicação. Opondo-o ao esquema comunicacional predominante (o informacional<sup>6</sup>), o esquema

---

<sup>6</sup> O esquema informacional, ao qual Quéré chama de representacionista ou epistemológico, se baseia no modelo de comunicação da teoria da informação proposto por Claude Shannon e Warren Weaver. Esse modelo surge com os estudos de transmissão de sinais em sistemas de telecomunicações, configurando a comunicação como um processo de emissão-recepção em que a significação de uma mensagem parte de um pólo a outro, num processo linear de transferência (MUCCHIELLI, 1998). Apesar de caracterizado a partir das teorias da informação, o modelo a que Quéré denomina epistemológico pode ser apreendido como paradigma de muitas das primeiras teorias desenvolvidas no campo da comunicação, bem como estrutura invisível subjacente a pesquisas atuais.



praxiológico compreende a comunicação a partir da ação dos sujeitos, isto é, considerando-a na esfera da experiência, da prática e da interação. “O ato de comunicar não se traduz por uma transferência de informação do emissor a um destinatário, mas antes pela modelagem mútua de um mundo comum em meio a uma ação conjugada” (VARELA apud QUÉRÉ, 1991, p. 2).

O modelo praxiológico vem romper com algumas premissas que sustentavam o entendimento do processo comunicativo até então. Se antes a comunicação era tomada como da ordem da transmissão de conteúdos, assumindo uma natureza cognitiva (um sujeito que pensa e exterioriza uma idéia), podendo ser avaliada em termos de eficácia (receptor produzindo representações correspondentes às intenções do emissor), no modelo praxiológico o processo comunicativo é compreendido preponderantemente a partir de sua natureza prática. No modelo proposto por Quéré, não se cabe falar em efeitos de uma determinada mensagem, pois a comunicação é vista como uma atividade organizante; o sentido é construído de maneira conjunta e co-referenciada; a linguagem não apenas exterioriza ou faz uma mediação crua das coisas do mundo, sendo capaz de transferir conteúdos, mas constitui e dá existência social ao que enuncia; as intenções dos sujeitos não existem a priori, antes da relação comunicativa, mas emergem no próprio curso da interação, organizando tanto os sentidos que se estabelecem entre os interlocutores quanto a própria situação que a ela se justapõe. (FRANÇA, 2003).

Assim, o esquema praxiológico reitera um entendimento das práticas comunicativas como produções cooperativas em que as noções de emissão-recepção e emissor-receptor dão lugar à concepção de uma atividade conjunta de elaboração de sentidos. Em seu caráter ativo, a comunicação se conforma como um processo de interação que é fundado pelos indivíduos através da linguagem – e que, ao efetuar-se, na medida em que constitui e estrutura um mundo socialmente partilhado, promove a construção social da realidade. Trata-se, então, de pensar a comunicação como um ato expressivo e constitutivo que dá forma à subjetividade dos indivíduos e à objetividade do mundo, relacionadas intersubjetivamente pela mediação simbólica (QUÉRÉ, 1991).

Esse esquema, no qual a comunicação é indissociável da experiência, da prática e da interação, assenta a perspectiva interacional que está aqui sendo posta como propriamente comunicacional. É ao tomar essa questão interacional como guia para toda e qualquer análise que os estudos da comunicação conseguem abarcar dimensões de outra forma menosprezadas, possibilitando a compreensão da globalidade dos fenômenos observados (FRANÇA, 2003). O que a perspectiva interacional proporciona



é um novo modo de olhar os objetos empíricos. As tais conversas, espetáculos, anúncios publicitários, matérias jornalísticas, peças radiofônicas ou programas televisivos deixam de figurar como peças isoladas e já dotadas de significados para serem apreendidos como instauradores de interlocuções que somente na dimensão experiencial e prática vão engendrar sentidos.

Os objetos empíricos, iluminados por essa acepção, possuem uma função vital para os indivíduos e para a sociedade na medida em que lhes instauram um mundo comum; função que, no entanto, não se encontra circunscrita ao produto ou à decodificação que se faz dele, mas se localiza no ‘entre dois’ que é possível de um ao outro, como bem adverte Jean-Louis Comolli (COMOLLI, 2008). Ou, em outras palavras, é uma função localizada na natureza de intermediação própria à prática comunicativa (ANTUNES e VAZ, 2006).

Tal perspectiva, embora já marque uma compreensão que faz avançar os estudos do campo da comunicação, ainda carece de ferramentas metodológicas específicas. Na aproximação dessa concepção com as formulações de Mikhail Bakhtin buscam-se pistas para um desenho metodológico. Ao propor um estudo da língua que pondere à interação, Bakhtin programa-o em três fases, a saber: análise das interações verbais a partir das condições concretas em que ocorrem, consideração das formas de enunciações em ligação com a interação de que se constituem e, por fim, o exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual (BAKHTIN, 1992). Se levadas para além da linguagem verbal, essa ordem metodológica pode ser aplicada a outros sistemas comunicacionais.

Nesse sentido, diante dos meios e produtos da comunicação, a análise pode ser concebida obedecendo aos mesmos passos esboçados por Bakhtin. Em primeiro lugar, devem ser tomadas as condições contextuais dos dispositivos sócio-técnicos, sejam elas históricas, sociais, culturais, políticas, econômicas ou estéticas. Essa apreciação inicial é fundamental para entender as circunstâncias que permitem a existência do objeto em questão, ou seja, suas possibilidades de existência. Refletindo sobre as condições dessa possibilidade, chega-se às fundamentações para uma melhor compreensão sobre o fenômeno singular; exame mais geral, da totalidade, que permite uma visão apurada dos casos particulares.

Em seguida, deve-se desvendar as dimensões relacionais inscritas no meio ou produto específico, mais precisamente os modos como ele articula uma rede de sentidos que, tendo como pano de fundo as condições contextuais percebidas no momento



anterior, solicita uma relação de mutualidade com os sujeitos e a sociedade. O fenômeno é, portanto, inventariado em referência à interação que o dota de sentido. Nessa etapa, é essencial ponderar a posição dos indivíduos frente ao objeto bem como as transformações que são permitidas a partir daí, na maneira como configura a experiência dos sujeitos e edifica um mundo comum.

Por último, a interpretação habitual pode ser realizada, identificando as qualidades e características do fenômeno. Para isso, há diferentes técnicas de análise (análise hermenêutica, análise do conteúdo, análise do discurso, análise semiótica, entre outras), a depender do objeto e do problema colocado. Ao imbricar nesse momento, os subsídios das fases precedentes, pode-se ter um juízo mais completo da prática comunicacional.

Com o caminho delineado, procura-se talvez não contribuir, mas sistematizar alguns autores que exploram a natureza prática da comunicação, encarnada em situações concretas, com sujeitos que nela intervêm, que dela participam e por meio da prática comunicativa constituem a si mesmos e ao próprio tecido social. Desse modo, tentamos aqui pavimentar um melhor entendimento tanto do processo comunicativo como de uma maneira de olhar, de recortar e pensar fenômenos do mundo através de uma visada constituída pelo entendimento da globalidade do processo comunicativo.



## Referências bibliográficas

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. “Mídia: um aro, um halo e um elo”. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera Veiga (org). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BATESON, Gregory. **La nouvelle communication**. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B., GARCEZ, P. (orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, 2002.

BORELLI, Viviane. “‘É impossível não comunicar’: reflexões sobre os fundamentos de uma nova comunicação”. In: **Revista Diálogos Possíveis**, v.4, n. 2. Salvador: Faculdade Social da Bahia, 2005.

CAUNE, Jean. **Pour une éthique de la médiation**. Grenoble: PUG, 1999.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder: a inocência perdida – cinema, televisão, ficção, documentário**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos. “O pragmatismo americano: pano de fundo”. In: **Para fundamentar la bioética: teorías y paradigmas**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FRANÇA, Vera Veiga. “Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?” In: MOTTA, Luís Gonzaga; WEBER, Maria Helena; PAIVA, Raquel (org). **Estratégias e culturas de comunicação**. Brasília: UnB, 2002.

FRANÇA, Vera Veiga. “L. Quéré, dos modelos da comunicação”. In: **Revista Fronteiras**, v. 2, n.2. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FRANÇA, Vera Veiga. “Contribuições de G.H. Mead para pensar a comunicação”. In: **Anais do XVI Encontro Anual da Compós**. Curitiba: UTP, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Os momentos e seus homens**. São Paulo: Antropos, 1999.

GOFFMAN, Erving. “Footing”. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro (org). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEAD, George. **Espíritu, persona y sociedad**. Buenos aires: Paidós Studio, 1972.

MUCCHIELLI, Alex. “Les modèles de la communication”. In: CABIN, Philippe (org). **La communication: état des saviors**. Auxerre: Éditions Sciences Humaines, 1998.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo: teoria social e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

QUÉRÉ, Louis. “De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico”. Traduzido por Lúcia Lamounier Sena e Vera Lígia Westin (mimeo). Do original: “D’un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique”. In: **Réseaux**, n. 46/47. Paris: Tekhné, 1991.



SHUSTERMAN, Richard. “Situando o pragmatismo”. In: **Vivendo a arte**: o pensamento pragmatista e a estética popular. São Paulo: Editora 34, 1998.

VARELA, Francisco. **Connaitre**: les sciences cognitives, tendances et perspectives. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

WINKIN, Yves. **La nouvelle communication**. Paris: Éditions du Seuil, 1981.